

Eólica Faísa S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Faísa S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Eólica Faísa S.A. e controladas (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eólica Faísa S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 20 de abril de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" CE

Matheus M. Maia

Matheus Mezer Maia

Contador

CRC nº 1 CE 027557/O-4

EÓLICA FAÍSA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa		120	1	964	69	Fornecedores		9	2	2.410	2.069
Aplicações financeiras	4	1.440	468	25.551	28.211	Empréstimos e financiamentos	10	-	-	20.608	19.593
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	19.849	18.720	Contas de ressarcimento	11	-	-	37.697	17.134
Contas a receber	6	-	-	19.518	26.642	Dividendos a pagar	14	5.085	12.349	5.085	12.349
Despesas antecipadas		-	-	1.258	698	Arrendamentos a pagar	12	-	-	1.041	855
Custo com obtenção de contrato		-	-	140	139	Outros passivos		406	4	2.836	2.234
Dividendos a receber		5.095	12.442	-	-	Total dos passivos circulantes		5.500	12.355	69.678	54.235
Outros ativos		126	124	6.372	1.600						
Total dos ativos circulantes		6.782	13.036	73.653	76.078						
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	76.232	68.730	Contas de ressarcimento	11	-	-	-	15.088
Partes relacionadas		413	764	-	-	Empréstimos e financiamentos	10	-	-	254.362	274.428
Outros ativos		-	-	10.335	10.764	Arrendamentos a pagar	12	-	-	13.001	13.897
Custo com obtenção de contrato		-	-	2.978	3.119	Provisão para desmobilização	13	-	-	9.615	8.683
Investimentos	7	166.024	162.543	-	-	Outros passivos		-	-	190	226
Imobilizado	8	570	593	338.813	358.231	Total dos passivos não circulantes		-	-	277.167	312.322
Direito de uso em arrendamento	9	-	-	13.082	14.172						
Intangível		-	-	39	41	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total dos ativos não circulantes		167.006	163.899	441.479	455.058	Capital social	14	133.590	133.590	133.590	133.590
						Reserva de lucros		34.697	30.990	34.697	30.990
						Total do patrimônio líquido		168.288	164.580	168.288	164.580
TOTAL DOS ATIVOS		173.788	176.935	515.132	531.136	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		173.788	176.935	515.132	531.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA FAÍSA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	16	-	-	90.893	81.649
Custo operacional	17	-	-	(45.810)	(43.485)
LUCRO BRUTO		-	-	45.083	38.164
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas administrativas	17	(103)	(303)	(8.799)	(6.712)
Resultado de equivalência patrimonial	17	21.451	17.162	-	-
Total		21.348	16.860	(8.799)	(6.712)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		21.348	16.860	36.284	31.453
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	18	87	23	4.741	2.501
Despesas financeiras	18	(2)	(2)	(15.212)	(13.539)
Total		85	21	(10.471)	(11.038)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		21.433	16.881	25.813	20.414
Imposto de renda e contribuição social	15	(21)	(6)	(4.401)	(3.539)
Total		(21)	(6)	(4.401)	(3.539)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		21.412	16.875	21.412	16.875
Média ponderada das ações no exercício (em milhares)		15.031	15.031		
Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R\$		1,42	1,12		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA FAÍSA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21.412	16.875	21.412	16.875
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>21.412</u>	<u>16.875</u>	<u>21.412</u>	<u>16.875</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA FAÍSA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		133.590	5.504	12.619	-	151.713
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.875	16.875
Constituição de reserva legal	14	-	844	-	(844)	-
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	12.023	(12.023)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	(4.008)	(4.008)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>133.590</u>	<u>6.348</u>	<u>24.642</u>	<u>-</u>	<u>164.580</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.412	21.412
Constituição de reserva legal	14	-	1.071	-	(1.071)	-
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	15.256	(15.256)	-
Distribuição de dividendos	14	-	-	(12.619)	-	(12.619)
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	(5.085)	(5.085)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u><u>133.590</u></u>	<u><u>7.418</u></u>	<u><u>27.279</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>168.288</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA FAÍSA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		21.412	16.875	21.412	16.875
Ajuste para reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	17	24	24	21.237	21.246
Rendimentos de aplicação financeira	18	(87)	(23)	(4.658)	(2.291)
Atualização provisão para desmobilização	13	-	-	932	359
Juros provisionados sobre empréstimos	10	-	-	9.273	10.057
Atualização de arrendamentos a pagar	12	-	-	507	407
Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	15	21	6	4.401	3.539
Resultado de equivalência patrimonial	7	(21.451)	(17.162)	-	-
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais:					
Despesas antecipadas		-	18	(559)	568
Contas a receber		-	-	7.124	(2.443)
Partes relacionadas		351	(764)	-	-
Outros ativos		(1)	(2)	(4.341)	(574)
Fornecedores		7	(3)	341	120
Contas de ressarcimento		-	-	4.415	7.906
Outros passivos		401	209	1.626	2.857
Caixa líquido gerado nas operações		677	(822)	61.710	58.626
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19)	(244)	(4.262)	(4.910)
Juros sobre empréstimos pagos	10	-	-	(9.328)	(10.116)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		658	(1.066)	48.120	43.600
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	8	-	-	(588)	(186)
Dividendos recebidos		25.316	3.366	-	-
Resgate em aplicações financeiras		(887)	1.047	4.296	8.658
Aplicação em títulos e valores mobiliários		-	-	(5.751)	(29.410)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		24.429	4.413	(2.043)	(20.938)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortização de empréstimos e financiamentos	10	-	-	(18.996)	(18.057)
Pagamento de arrendamentos	12	-	-	(1.217)	(1.225)
Pagamento de dividendos	14	(24.968)	(3.365)	(24.968)	(3.365)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(24.968)	(3.365)	(45.181)	(22.647)
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		119	(18)	895	15
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	19	69	54
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		120	1	964	69
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		119	(18)	895	15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA FAÍSA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Eólica Faísa S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída, com o objetivo específico de consolidar as operações das companhias controladas integrais Eólica Faísa I - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Faísa I”), Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Faísa II”), Eólica Faísa III - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Faísa III”), Eólica Faísa IV - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Faísa IV”) e Eólica Faísa V - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Faísa V”). Em conjunto, a Companhia e suas controladas são denominadas de “Grupo” ou “Consolidado”.

A Companhia é controlada em conjunto pelas empresas Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem, Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura BB Votorantim Energia Sustentável I, Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura BB Votorantim Energia Sustentável II e Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura BB Votorantim Energia Sustentável III.

O Grupo possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL as seguintes autorizações e registros de geração:

<u>Eólica</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Capacidade instalada MW</u>	<u>Energia assegurada MWh</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Faísa I	CE	Trairi	29,4	9,3	Agosto/2010	Agosto/2045
Faísa II	CE	Trairi	27,3	9,5	Agosto/2010	Agosto/2045
Faísa III	CE	Trairi	25,2	8,3	Agosto/2010	Agosto/2045
Faísa IV	CE	Trairi	25,2	8,5	Agosto/2010	Agosto/2045
Faísa V	CE	Trairi	29,4	9,0	Agosto/2010	Agosto/2045

1.1. Contrato de Energia de Reserva – CER

As controladas da Companhia firmaram Contratos de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Pelo referido contrato as investidas da Companhia se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE. Com base no contrato, as investidas da Companhia passaram a faturar valores fixos, mensais, correspondente ao valor definido em cada contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada são compensadas financeiramente a cada ano. Os contratos de Energia de Reserva - CER foram adotados em 21 de janeiro de 2014, mudando a capacidade instalada para as elencadas acima.

Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

- a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada são compensadas a cada quadriênio contratual. O segundo quadriênio encerrou-se em 30 de junho de 2020.
- b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as investidas da Companhia receberão 70% sobre o valor do contrato que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas investidas da Companhia à CCEE.

Em 31 de dezembro de 2021, a Faísa I, Faísa II, Faísa III e Faísa IV ficaram enquadradas na situação b). Faísa V ficou enquadrada na situação a). Os reflexos, quando aplicáveis, estão contemplados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1.2. Eventos significativos do exercício

COVID-19

O Covid-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 150 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Nesse sentido, a Administração dispensou especial atenção àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como: recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros, tributos sobre o lucro, mensuração de ativos e passivos de arrendamento, mensuração do valor justo, provisões e passivos contingentes, reconhecimento de receita e liquidez e cumprimento de compromissos financeiros.

Destaca-se que até o momento não ocorreram eventos que afetassem a capacidade operacional da Companhia e de suas controladas, bem como que acarretassem reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos. Além disso, a Companhia e suas controladas têm seu funcionamento enquadrado como serviço essencial, estabelecido pelo decreto nº 10.282/2020 e, com isso, as atividades não sofreram paralisação durante todo o exercício de 2021.

A Companhia e suas controladas manterão ao longo de 2022 o constante monitoramento do mercado em busca de verificar eventuais deteriorações decorrentes da pandemia COVID-19, além de mudanças na economia ou no mercado financeiro que venham a ensejar na elevação dos riscos de crédito, liquidez e mercado que possam afetar esse segmento.

A Administração da Companhia e suas controladas analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças de circunstâncias que indiquem a necessidade de realizar a análise de “impairment” de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia e suas controladas optaram por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas mencionadas na nota explicativa nº 1.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia e suas controladas assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia e suas controladas.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia e suas controladas detiveram o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas mantiveram os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Títulos e valores mobiliários, Fornecedores, Contas de ressarcimento e Empréstimos e financiamento.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no encerramento do exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros esperados desse ativo.

Para as contas e títulos a receber, a Companhia e suas controladas adotaram uma abordagem simplificada e realiza o cálculo de perda esperada, quando aplicável, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia e suas controladas estabelecem uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de créditos, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atuam e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

A Companhia e suas controladas reavaliarão a cada data de apresentação de suas informações contábeis se os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado devem ser submetidos a uma redução ao valor recuperável.

b) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia e de suas controladas revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Provisão para desmobilização (nota explicativa nº 13).
- Vida útil econômica de ativos não financeiros: conforme a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

A Administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e nas vidas úteis estimadas de cada bem (nota explicativa nº 3, item f).

c) Contas a receber

As contas a receber são demonstradas pelo custo amortizado. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva - CER. Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como contas de ressarcimento.

Não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia e suas controladas visto que o recebimento é efetuado com a Câmara Comercializadora de Energia - CCEE, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Companhia e suas controladas incluem no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada limitada ao prazo de concessão, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Aerogeradores	24,6
Linhas de transmissão (a)	31
Edificações (a)	31
Painéis	28
Provisão para desmobilização (a)	31

(a) Estes bens são depreciados considerando o início da operação (exercício de 2014) e prazo de concessão (agosto de 2045).

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

e) Provisões para perdas por “impairment” em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por “impairment”, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data do balanço.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

g) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia e suas controladas avaliam os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47 - Receita de contrato com Clientes:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes.
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato.

3. Determinar o preço de cada tipo de transação.
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos.
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

A Companhia e suas controladas reconhecem os custos para obtenção de um contrato no momento inicial em que a obrigação descrita em contrato é concluída e transferida para outra parte, sendo que seu custo é alocado ao resultado pelo prazo de vigência do contrato.

h) Imposto de renda e contribuição social

A apuração do imposto de renda e da contribuição social é efetuada com base no regime de lucro presumido, cujas alíquotas de tributação são, respectivamente, 25% (considerando o adicional de 10%) e 9%, cuja base de cálculo corresponde a 8% e 12% da receita bruta das vendas para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, respectivamente, mais a totalidade das demais receitas auferidas.

i) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Os arrendamentos se referem, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e suas controladas.

j) Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria (o denominador) durante o período. A Companhia e suas controladas não possuem fatores diluidores para mensuração do lucro diluído por ação, desta forma o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações financeiras	1.440	468	25.551	28.211
Total	<u>1.440</u>	<u>468</u>	<u>25.551</u>	<u>28.211</u>

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimento amplo, com rendimentos de 100% no CDI em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Conta reserva do serviço da dívida do BNDES (a)	4.882	4.715
Conta reserva do serviço da dívida do BNB (b)	11.927	11.524
Conta reserva de O&M (c)	1.441	1.374
Conta reserva especial (d)	77.831	69.837
Total	<u>96.081</u>	<u>87.450</u>
Circulante	19.849	18.720
Não circulante	76.232	68.730
Total	<u>96.081</u>	<u>87.450</u>

Refere-se a obrigações contratuais dos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB remuneradas a uma taxa média de 100% do CDI, conforme discriminado abaixo:

- (a) Conta constituída exclusivamente em garantia ao BNDES, não movimentável pela Companhia e suas controladas, mas de sua titularidade, que deverá ser mantida por todo o prazo da operação de financiamento, cujo saldo mínimo deve corresponder a 3 vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida.
- (b) Conta constituída exclusivamente em garantia ao BNB, não movimentável pela Companhia e suas controladas, mas de sua titularidade, que deverá ser mantida por todo o prazo da operação de financiamento, cujo saldo mínimo deve corresponder ao valor da última prestação vencida do serviço da dívida.
- (c) Conta constituída exclusivamente em garantia ao BNDES e BNB, não movimentável pela Companhia e suas controladas, mas de sua titularidade, mantida por todo o prazo da operação de financiamento, cujo saldo mínimo deve corresponder a maior prestação trimestral de pagamentos ao contrato de operação e manutenção (O&M).
- (d) Conta constituída exclusivamente em garantia ao BNDES e BNB, não movimentável pela Companhia e suas controladas, mas de sua titularidade, para a qual serão destinadas a totalidade dos recursos remanescentes advindos da conta centralizadora, depois dos pagamentos mensais das despesas de O&M e das demais despesas ordinárias do projeto. Esta conta não possui obrigatoriedade de manter saldo mínimo constituído e os recursos aplicados poderão ser utilizados mediante necessidade da Companhia e suas controladas quando previamente autorizado pelas instituições financeiras. Adicionalmente, as prestações dos financiamentos são liquidadas através desta conta, de forma que o valor correspondente à próxima parcela do financiamento é classificado no circulante.

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (a)	19.518	26.642
Total	<u>19.518</u>	<u>26.642</u>

- (a) As controladas da Companhia recebem mensalmente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE 1/12 avos do valor de energia contratada. Como a contabilização é feita pela geração de energia, caso haja saldo excedente de geração em relação aos valores mensais é registrado como contas a receber. Este excesso de energia será recebido conforme descrito na nota explicativa nº 11.

Em 30 de junho de 2021, as Companhias encerraram seu 8º ano de suprimento conforme gerações abaixo:

	Contratado MWh	Gerado MWh	Diferença MWh
Faísa I	78.686	74.796	(3.890)
Faísa II	76.200	75.890	(310)
Faísa III	70.080	70.391	311
Faísa IV	69.284	65.748	(3.536)
Faísa V	76.323	79.639	3.316

Considerando a apuração anual para o 9º ano de suprimento, iniciado em 1º de julho de 2021, as investidas da Companhia apresentaram a seguinte geração:

	<u>Contratado MWh</u>	<u>Gerado MWh</u>	<u>Diferença MWh</u>	<u>Desvio</u>
Faixa I	55.714	45.878	9.836	Negativo
Faixa II	53.662	43.124	10.538	Negativo
Faixa III	50.146	41.409	8.737	Negativo
Faixa IV	49.212	40.121	9.091	Negativo
Faixa V	54.462	47.368	7.094	Negativo

Não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia e suas controladas, portanto não se faz necessária a constituição de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

7. INVESTIMENTOS

<u>Controladas</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Capital social</u>	<u>Lucro</u>	<u>Investimento</u>
Em 31 de dezembro de 2021:					
Faixa I	112.993	(77.855)	28.102	(4.430)	35.138
Faixa II	103.953	(70.197)	26.058	(4.640)	33.755
Faixa III	93.081	(61.824)	24.175	(4.575)	31.257
Faixa IV	98.115	(67.553)	24.557	(3.559)	30.561
Faixa V	111.675	(76.362)	27.840	(4.247)	35.313
Total	<u>519.817</u>	<u>(353.791)</u>	<u>130.732</u>	<u>(21.451)</u>	<u>166.024</u>
Em 31 de dezembro de 2020:					
Faixa I	113.066	(79.749)	28.102	(3.351)	33.317
Faixa II	108.324	(74.936)	26.058	(3.932)	33.388
Faixa III	97.690	(66.933)	24.175	(2.723)	30.757
Faixa IV	101.486	(71.079)	24.557	(3.043)	30.408
Faixa V	114.450	(79.778)	27.840	(4.113)	34.673
Total	<u>535.016</u>	<u>(372.475)</u>	<u>130.732</u>	<u>(17.162)</u>	<u>162.543</u>

<u>Movimentação do investimento</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	162.543	149.457
Distribuição de dividendos	(17.970)	(4.076)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>21.451</u>	<u>17.162</u>
Total	<u>166.024</u>	<u>162.543</u>

8. IMOBILIZADO

	31/12/2021		31/12/2020		Taxa depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<u>Controladora</u>					
Edificações	755	(186)	569	593	3%
Total	755	(186)	569	593	
<u>Consolidado</u>					
Softwares	124	(99)	25	50	20%
Aerogeradores	373.035	(123.184)	249.851	264.461	5%
Linhas de transmissão	11.790	(2.908)	8.882	9.259	3%
Edificações	108.232	(34.662)	73.750	78.176	3%
Desmobilização	7.623	(1.845)	5.778	6.022	3%
Ferramentas	1.043	(436)	607	175	20%
Máquinas e equipamentos	183	(101)	82	66	20%
Móveis e utensílios	34	(15)	19	22	10%
Total	502.064	(163.251)	338.813	358.231	

Movimentação do imobilizado - consolidado

	<u>Aerogeradores</u>	<u>Linhas de Transmissão</u>	<u>Edificações</u>	<u>Máquina e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Ferramentas</u>	<u>Desmobilização</u>	<u>Softwares</u>	<u>Total</u>
Saldo – 31/12/2019	279.075	9.634	82.652	44	21	248	6.266	75	378.042
Adição	-	-	124	46	4	106	-	-	251
Baixa	-	-	-	-	-	(64)	-	-	(64)
Depreciação	(14.611)	(377)	(4.576)	(24)	(3)	(115)	(244)	(25)	(19.997)
Saldo - 31/12/2020	<u>264.464</u>	<u>9.257</u>	<u>77.583</u>	<u>66</u>	<u>22</u>	<u>175</u>	<u>6.022</u>	<u>50</u>	<u>358.231</u>
Adição	-	-	-	48	-	540	-	-	588
Depreciação	(14.613)	(375)	(4.582)	(32)	(3)	(109)	(244)	(25)	(20.007)
Saldo - 31/12/2021	<u>249.851</u>	<u>8.882</u>	<u>73.001</u>	<u>82</u>	<u>19</u>	<u>606</u>	<u>5.778</u>	<u>25</u>	<u>338.813</u>

9. DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO

	Consolidado				Taxa de amortização (a)
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Terreno	16.353	(3.271)	13.082	14.172	6,6% a.a.
Total	16.353	(3.271)	13.082	14.172	

(a) A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e suas controladas e o arrendador, pelo prazo de 15 anos.

A movimentação do direito de uso foi a seguinte:

Saldo inicial - 31/12/2019	15.262
(-) Amortização do exercício	(1.090)
Saldo final – 31/12/2020	14.172
(-) Amortização do exercício	(1.090)
Saldo final - 31/12/2021	<u>13.082</u>

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado		
	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
<u>Instituição financeira</u>			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)	1,66% a 1,88% a.a. + TJLP	49.649	55.773
Banco do Nordeste – BNB (b)	2,5% a.a.	<u>225.321</u>	<u>238.248</u>
Total		<u>274.970</u>	<u>294.021</u>
Circulante		20.608	19.593
Não circulante		<u>254.362</u>	<u>274.428</u>
Total		<u>274.970</u>	<u>294.021</u>

(a) O financiamento BNDES será pago em 192 parcelas mensais com vencimento final em janeiro de 2030.

(b) O financiamento BNB será pago em 36 parcelas semestrais para Faísas I, III, IV e V e em 34 parcelas para Faísas II, todos com vencimento final em maio de 2032.

Em 2013, o Grupo captou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES recursos para financiamento da construção dos Parques Eólicos Faísas I, Faísas II, Faísas III, Faísas IV e Faísas V, a taxas que variam de 1,66% a.a. + TJLP a 1,88% a.a. + TJLP.

Os recursos foram liberados a partir de agosto de 2013, possuindo carência de 6 meses para o início da amortização do valor principal. No segundo semestre de 2014 foi captado pela Faísas I, Faísas II, Faísas III, Faísas IV e Faísas V os recursos do BNB a taxa de 2,5% a.a.

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2019	Atualizações	Pagamentos		Saldo em 31/12/2020
		Principal	Juros	
312.137	10.057	(18.057)	(10.116)	294.021
Saldo em 31/12/2020	Atualizações	Pagamentos Principal	Saldo em Juros	31/12/2021
294.021	9.273	(18.996)	(9.328)	274.970

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>
2023	21.213
2024	22.263
2025	23.658
2026	25.196
2027	26.686
A partir de 2028	<u>135.346</u>
	<u>254.362</u>

Garantias financeiras

As garantias oferecidas para pagamento da dívida são fiança bancária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos relativos ao projeto descrito em contrato, penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da receita fixa, penhor dos direitos emergentes e constituição de conta reserva.

“Covenants”

De acordo com o contrato de financiamento, a Companhia e suas controladas obrigam-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“covenants”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida:

- a) Apuração anual, dentro do período de amortização da dívida, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de, no mínimo, de 1,30, verificado por meio de demonstrativos auditados por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- b) Apuração anual do Índice de Capitalização Própria - ICP igual ou superior a 20% do investimento total do projeto, definido como a razão entre o capital social e o ativo total, verificado por meio de demonstrativos auditados por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- c) Outras condições contratuais tais como, manutenção de contas garantias, conforme especificações citadas na nota explicativa nº 6, contratação de seguros obrigatórios, fianças, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas cumpriram com os referidos “covenants”, quando aplicáveis.

11. CONTAS DE RESSARCIMENTO

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	37.697	32.222
	<u>37.697</u>	<u>32.222</u>
Circulante	37.697	17.134
Não circulante	-	15.088

O saldo de contas de ressarcimento referem-se integralmente ao valor recebido da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE acrescidos das penalidades contratuais decorrente da situação descrita na nota explicativa nº 6.

Este valor corresponde a 9 parcelas do anuênio encerrado em junho de 2019 (Faísas I,II,IV e V) e 12 parcelas do anuênio em junho de 2020 (Faísas I,II,III,IV e V) devidamente atualizados. Estas parcelas deveriam ter sido descontadas mensalmente, porém, estão com o desconto suspenso desde novembro de 2019 por determinação da ANEEL através do Despacho ANEEL n. 2.303/2019. Neste valor também está acrescido o valor a menor não gerado e recebido no fechamento do anuênio 2021.

12. ARRENDAMENTO A PAGAR

A Companhia e suas controladas possuem compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os arrendamentos se referem, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e de suas controladas. A movimentação do arrendamento a pagar, cuja taxa média de desconto foi de 4,56% ao ano, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi a seguinte:

Consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	14.752	15.570
(+) Juros sobre arrendamentos	507	407
(-) Pagamentos	(1.217)	(1.225)
Saldo final	<u>14.042</u>	<u>14.752</u>
Circulante	1.041	855
Não circulante	13.001	13.897

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento

2023	934
2024	979
2025	1.023
2026	1.071
2027 em diante	<u>8.994</u>
Total	<u>13.001</u>

13. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO

Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização das usinas eólicas de propriedade do Grupo, foi contratada uma empresa especializada neste assunto, Vertu Assessoria e Avaliações Ltda., que apresentou um laudo técnico com custo aproximado de desmobilização total (incluindo os parques eólicos da Faísas I, Faísas II, Faísas III, Faísas IV e Faísas V) no montante em R\$7.622. A Administração julga que o valor originalmente estimado é próximo ao valor necessário para desmobilização do parque eólico, sendo apenas atualizado anualmente pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo atualizado pelo IPCA do exercício é de R\$9.615 (R\$8.683 em 31 de dezembro de 2020), sendo o efeito da atualização no montante de R\$932.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$133.590 e está representado por 15.031.422 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia, assim distribuídas:

Acionista	Valor das ações	% ações
Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem	53.436.055	40,00%
Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura BB Votorantim Energia Sustentável I	7.542.471	5,65%
Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura BB Votorantim Energia Sustentável II	37.022.126	27,71%
Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura BB Votorantim Energia Sustentável III	35.589.541	26,64%
Total	133.590.193	100,00

Destinação do lucro

De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o limite de 20% do capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Após isto, os resultados do exercício social serão distribuídos entre os acionistas, na forma abaixo:

- I) 25% para o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/76.
- II) Pagamento de juros remuneratórios sobre o capital próprio, previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, que poderá ser considerado como distribuição de dividendos, inclusive, o dividendo obrigatório.
- III) O saldo restante deverá ter sua destinação conforme estabelecido pela Assembleia Geral.

Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 conforme o quadro abaixo:

<u>Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R\$</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro do exercício	21.412	16.875
Quantidade de ações (milhares) durante o exercício	<u>15.031</u>	<u>15.031</u>
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)	<u>1,42</u>	<u>1,12</u>

Apuração e pagamento de dividendos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	21.412	16.875
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(1.071)</u>	<u>(844)</u>
Lucro líquido do exercício após constituição de reserva legal	<u>20.341</u>	<u>16.031</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(5.085)	(4.008)
Dividendos por ação – em R\$	0,34	0,27

Movimentação dos dividendos

Saldo em 31/12/2019	11.706
Pagamento de dividendos	(3.365)
Constituição de dividendos – 2020	<u>4.008</u>
Saldo em 31/12/2020	<u>12.349</u>
Distribuição de dividendos adicionais (a)	12.619
Pagamento de dividendos – 2021	(24.968)
Constituição de dividendos – 2021	<u>5.085</u>
Saldo em 31/12/2021	<u><u>5.085</u></u>

- (a) A Eólica Faísas S.A foi autorizada pelas instituições financeiras credoras, Banco do Nordeste – BNB e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio de ofício informativo, esse enviado pelas próprias instituições financeiras, a distribuir dividendos acima do teto máximo originalmente estabelecido de 25% do lucro líquido.

Dessa forma, em 31 de março de 2021 foi aprovada através da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, essa registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC, pelo protocolo 210513055 na data de 20 de abril de 2021, a distribuição de dividendos foi no total de R\$12.619, realizada por meio de transferência bancária.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão demonstrados na tabela abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de vendas	94.337	84.739
Presunção do imposto de renda	8%	8%
Presunção da contribuição social	12%	12%
Demais receitas de ganhos de capital	4.775	3.096
Imposto de renda presumido:		
Imposto de renda: 15%	(1.849)	(1.482)
Adicional 10%	(1.103)	(865)
Contribuição social: 9%	(1.449)	(1.192)
Imposto de renda e contribuição social	(4.401)	(3.539)

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional:		
Receita de fornecimento de energia	94.337	84.739
Deduções (PIS e COFINS)	(3.444)	(3.090)
Total	90.893	81.649

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação e amortização	(24)	(24)	(21.237)	(21.246)
Encargos de transmissão	-	-	(7.735)	(7.175)
Operação e Manutenção – O&M	-	-	(15.400)	(13.785)
Serviços prestados	(64)	(37)	(3.118)	(3.088)
Aluguéis	-	-	(118)	(77)
Encargos de conexão	-	-	(239)	(229)
Taxa ANEEL	-	-	(450)	(452)
Despesa com encargos e salários	-	(582)	(1.911)	(1.297)
Seguros	-	(43)	(3.323)	(1.942)
Combustíveis	-	-	(219)	(149)
Publicações legais	-	(14)		

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Equivalência patrimonial	21.451	17.162	(179)	(98)
Impostos e taxas	(15)	-	(179)	(98)
Outros	-	(3)	(680)	(647)
Total	21.348	16.860	(54.609)	(50.196)
Custo operacional	-	-	(45.810)	(43.485)
Despesas administrativas	(103)	(303)	(8.799)	(6.712)
Equivalência patrimonial	21.451	17.162	-	-
Total	21.348	16.860	(54.609)	(50.196)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Receitas financeiras</u>				
Receita sobre aplicação financeira	87	23	4.658	2.291
Outras receitas financeiras	-	-	83	211
Total de receitas financeiras	87	23	4.741	2.502
<u>Despesas financeiras</u>				
Despesa de juros sobre obrigações financeiras mensuradas pelo custo amortizado	-	-	(9.273)	(10.057)
Varição Monetária	-	-	(3.638)	(499)
Penalidades contratuais	-	-	(710)	(1.803)
Outras despesas financeiras	(2)	(2)	(1.591)	(1.181)
Total de despesas financeiras	(2)	(2)	(15.212)	(13.540)
Total do resultado financeiro	85	21	(10.471)	(11.038)

19. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros contratados pela Companhia e suas controladas são:

Tipo de seguro	Prêmio	Valor segurado	Vigência
Responsabilidade civil	38	30.000	29 de maio de 2022
Risco operacional	2.476	163.577	15 de maio de 2022

Os valores segurados possuem os limites acima informados e abrangem as cinco usinas eólicas controladas da Eólica Faísas S.A. (Faísas I, Faísas II, Faísas III, Faísas IV e Faísas V).

20. PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores da Companhia e suas controladas receberam apenas pró-labore e bônus no ano de 2021 no total de R\$465 (R\$400 em 2020). Não houve outras bonificações.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas entendem que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota explicativa ocorreu em razão de sua relevância.

A classificação dos principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas é apresentada conforme a seguir:

<u>Controladora</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa	120	1
Aplicações financeiras	1.440	468
Total	<u>1.560</u>	<u>469</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	9	2
Dividendos a pagar	5.085	12.349
Total	<u>5.094</u>	<u>12.351</u>
<u>Consolidado</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	26.515	28.280
Contas a receber	19.518	26.421
Títulos e valores mobiliários	96.081	87.450
Outros Ativos	16.706	12.365
Total	<u>158.822</u>	<u>154.516</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Arrendamentos a pagar	14.042	14.752
Empréstimos e financiamentos	274.970	294.021
Dividendos a pagar	5.085	12.349
Contas de ressarcimento	37.697	32.222
Fornecedores	2.410	2.069
Outros Passivos	3.026	2.459
Total	<u>337.230</u>	<u>357.872</u>

b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia e de suas controladas considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas não celebraram contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia e de suas controladas, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia e de suas controladas identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

i) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

ii) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia e de suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e de suas controladas.

iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia e suas controladas (CCEE).

iv) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

v) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos da Companhia e de suas controladas com o BNDES e BNB, as quais estão mencionadas na nota explicativa nº 10.

vi) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

vii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Consolidado

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2021</u>				
Arrendamentos	1.041	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20.608	21.213	71.117	162.032
Fornecedores	2.410	-	-	-
Contas de ressarcimento	37.697	-	-	-
Dividendos	5.085	-	-	-
Outros passivos	2.836	190	-	-
<u>Em 31 de dezembro de 2020</u>				
Arrendamentos	855	895	2.938	10.064
Empréstimos e financiamentos	19.593	20.081	67.128	187.219
Fornecedores	2.069	-	-	-
Contas de ressarcimento	17.134	15.088	-	-
Dividendos	12.349	-	-	-
Outro passivos	2.234	226	-	-

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia e suas controladas, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

i) Índice de endividamento

A estrutura de capital da Companhia e suas controladas é formada pelo endividamento líquido (arrendamentos detalhados na nota explicativa nº 12, empréstimos detalhados na nota explicativa nº 10, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia e suas controladas (que inclui capital social e reservas, conforme apresentado na nota explicativa nº 14).

O índice de endividamento no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é o seguinte para o saldo consolidado:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dívida	289.012	308.774
Caixa e equivalentes de caixa	(964)	(69)
Aplicações financeiras	(25.551)	(28.211)
Títulos e valores mobiliários	(96.081)	(87.450)
Dívida líquida	<u>166.416</u>	<u>193.044</u>
Patrimônio líquido	168.288	164.580
Índice de endividamento líquido	0,99	1,17

ii) Análise de sensibilidade para exposição de taxa de juros

A Companhia e suas controladas possuem exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras equivalentes de caixa e nos títulos e valores mobiliários, vinculados ao CDI e empréstimos e financiamentos vinculados a TJLP. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros.

Na data de encerramento do exercício findo, a Administração estimou cenários de variação na CDI e TJLP. Para o cenário atual, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício findo e para provável foram utilizadas taxas de acordo com as expectativas de mercado.

Simulação com expectativa do CDI e TJLP projetados, conforme abaixo:

	<u>Cenário Atual</u>	<u>Cenário Provável</u>
Saldo de aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	24.957	27.888
Taxa média (% do CDI)		100%
CDI Projetado		11,75%
Saldo de títulos e valores mobiliários	96.081	107.371
Taxa média (% do CDI)		100%
CDI Projetado		11,75%
Saldo de empréstimos e financiamentos (BNDES)	49.649	53.541
Juros sobre Financiamento (TJLP + 1,88%)		7,84 %
TJLP Projetada		6,08%

22. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dividendos propostos e não recebidos	4.095	4.076
Dividendos propostos e não distribuídos	4.085	4.008

23. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 20 de abril de 2022.
